



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO INTERNO N.º 1565/2017

CARTA CONVITE Nº 001/2017

- 1. OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa do ramo para a execução de obra de perfuração, instalação e funcionamento de poço artesiano na comunidade de Maquiné, Distrito de Ravena no Município de Sabará/MG, com o fornecimento de mão de obra e materiais, de acordo com o Convênio nº 1471001162/2016 firmado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – SEDRU/MG, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras, conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

- 2. ENTREGA DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL:**
DATA: 21/06/2017
HORÁRIO: 14h00min
LOCAL: Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Sabará na Rua Comendador Viana, n.º 119, Bairro Centro, em Sabará, Minas Gerais, prazo preclusivo do direito de participação na licitação.

ABERTURA DOS ENVELOPES:
DATA: 21/06/2017
HORÁRIO: 14h00min
LOCAL: Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Sabará na Rua Comendador Viana, n.º 119, Bairro Centro, em Sabará, Minas Gerais.

- 3. CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES:** No Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal de Sabará na Rua Comendador Viana, n.º 119, Bairro Centro, em Sabará, Minas Gerais, na internet, no site <http://www.sabara.mg.gov.br>, ou na sala da Comissão de Licitação.

- 4. ESCLARECIMENTOS:** Os possíveis esclarecimentos ou retificações serão disponibilizados no site da Prefeitura Municipal de Sabará: www.sabara.mg.gov.br.



1. PREÂMBULO

1.1. A Prefeitura Municipal de Sabará, com endereço à Rua Dom Pedro II n.º 200, Bairro Centro, em Sabará, Minas Gerais, CEP 34.505-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 18.715.441/0001-35, isenta de inscrição estadual, por meio de sua Comissão de Licitação, designada pela Portaria n.º 015/2017 de 14 de fevereiro de 2017, torna pública a abertura do presente Procedimento Licitatório, na modalidade **CARTA CONVITE**, com regime de execução **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL** e prazo de execução de 4 (quatro) meses, regido pela Lei Federal n.º 8.666/93, de 21/6/1993 e suas alterações, Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, e demais condições fixadas neste Edital, para seleção da proposta mais vantajosa destinada a atender o objeto contemplado na cláusula 2ª deste Edital.

2. OBJETO

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa do ramo para a execução de obra de perfuração, instalação e funcionamento de poço artesiano na comunidade de Maquiné, Distrito de Ravena no Município de Sabará/MG, com o fornecimento de mão de obra e materiais, de acordo com o Convênio nº 1471001162/2016 firmado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – SEDRU/MG, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras, conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

3. ÁREA SOLICITANTE

3.1. Secretaria Municipal de Obras.

4. CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Cópia deste Edital estará disponível na internet, no site www.sabara.mg.gov.br desta Prefeitura, e permanecerá afixada no quadro de avisos localizado da Prefeitura Municipal de Sabará localizado na Rua Comendador Viana, n.º 119, Bairro Centro, em Sabará, Minas Gerais, podendo também ser retirada no Protocolo da Prefeitura de Sabará, localizado à Rua Comendador Viana, nº 119, Centro, no horário de 08h00min as 12h00min e de 13h00min as 17h00min.

4.2. As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as informações referentes a esta licitação no site www.sabara.mg.gov.br, com vista a possíveis e eventuais alterações, esclarecimentos e avisos.

4.3. Os pedidos de esclarecimentos sobre o Edital poderão ser encaminhados para o e-mail licitacao@sabara.mg.gov.br ou, ainda, para a sala da Comissão de Licitação, no endereço constante à fl. 1 até 02 (dois) dias úteis antes da data estipulada para a entrega dos envelopes.

4.4. As respostas da Comissão de Licitação às solicitações de esclarecimentos serão encaminhadas por e-mail.



4.5. Impugnações aos termos deste Edital poderão ser promovidas por qualquer pessoa, protocolizadas na Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Sabará, na Rua Comendador Viana, nº 119, Bairro Centro, Sabará, Minas Gerais, ou via postal (desde que a entrega seja tempestiva), no prazo legal, dirigidas ao Presidente da Comissão, em observância ao artigo 41 da Lei 8.666/93.

4.6. O Município não se responsabilizará por impugnações endereçadas via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no item acima, e que, por isso, não sejam protocolizadas no prazo legal.

4.7. O pronunciamento da Comissão de Licitação será enviado ao impugnante via e-mail, e será divulgada no site desta Prefeitura para conhecimento de todos os interessados.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado.

5.2. As empresas não convidadas, interessadas em participar da licitação, deverão formalizar a manifestação de interesse em até 24h00min antes da data prevista para entrega dos envelopes, por meio de expediente entregue na Comissão de Licitação ou por email, sob pena de desqualificação;

5.3. Não poderá participar da presente licitação empresa:

5.3.1. Suspensa de participar em licitação e/ou impedida de licitar e contratar com o Município de Sabará;

5.3.2. Declarada inidônea para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

5.3.3. Sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no país;

5.3.4. Na qual, direta ou indiretamente, haja servidores ou dirigentes do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

5.3.5. Não atendam ao estipulado no item 5.1 deste título.

5.4. A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

5.5. Poderão participar empresas reunidas em consórcio, de acordo com o Art. 33 da Lei 8.666/93.

6. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA



COMERCIAL

6.1. A Documentação de Habilitação e a Proposta Comercial deverão ser apresentados em envelopes distintos, colados e indevassáveis, contendo em sua parte externa as seguintes informações:

<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ CARTA CONVITE: Nº 001/2017 “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” EMPRESA: ENDEREÇO:</p>
<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ CARTA CONVITE Nº 001/2017 “PROPOSTA COMERCIAL” EMPRESA: ENDEREÇO:</p>

7. ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1. Os envelopes Documentação de Habilitação e Proposta Comercial deverão ser entregues na Comissão de Licitação, localizada à Rua Comendador Viana, nº 119, Bairro Centro, Sabará, Minas Gerais, até a data e horário previstos na fl.1 deste Edital.

7.1.1. O Município não se responsabilizará por envelopes Documentação de Habilitação e Proposta Comercial endereçados via postal ou por outra forma, entregues em local diverso da Comissão de Licitação e que, por isso, não cheguem na data e no horário previstos neste Edital.

7.2. Abertos os envelopes Documentação de Habilitação, a Comissão analisará os documentos e decidirá sobre a habilitação das licitantes.

7.2.1. Havendo dúvidas ou necessidade de esclarecimentos que não possam ser dirimidos de imediato, demandando análises complementares ou diligências, as mesmas serão consignadas em ata, podendo a sessão ser suspensa.

7.2.2. Suspensa a sessão, a decisão quanto à habilitação poderá ser publicada no Diário Oficial “Minas Gerais” e no site desta Prefeitura, ficando o envelope Proposta Comercial sob a guarda da Comissão, devidamente lacrado e rubricado no fecho pelos seus membros e pelos representantes legais das licitantes presentes.

7.2.2.1. Na hipótese de a Comissão não publicar a decisão de habilitação no Diário Oficial “Minas Gerais”, será marcada data e horário para continuidade da sessão, para divulgação do resultado da habilitação, a ser comunicada com antecedência mínima de 24h00min, mediante aviso no site desta Prefeitura ou outro meio que garanta ciência às licitantes, ocasião em que poderá ser aberto o envelope Proposta Comercial.

7.3. O envelope Proposta Comercial será aberto:



7.3.1. Se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as licitantes ao direito de interposição de recurso, nos termos do artigo 43, III e artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93; ou

7.3.2. Transcorrido o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso; ou

7.3.3. Após a decisão dos recursos interpostos.

7.4. A abertura do envelope Documentação e Proposta Comercial será realizada em sessão pública, lavrando-se ata circunstanciada, assinada pelos membros da Comissão de Licitação, consignando, se for o caso, as manifestações dos representantes legais das licitantes presentes.

7.5. Faculta-se à Comissão Permanente de Licitação designar local diverso do da entrega dos envelopes Documentação e Proposta Comercial para abertura deste.

7.6. Toda a documentação e as propostas serão rubricadas pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das licitantes presentes à sessão.

7.7. A inabilitação da licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

7.8. Ultrapassada a fase de habilitação e aberto o envelope Proposta Comercial não caberá desclassificação de Proposta Comercial por motivos relacionados à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.9. As empresas licitantes poderão ser representadas no certame por seu sócio administrador, proprietário ou dirigente, desde que apresente o original ou cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social atualizado da empresa ou Registro Comercial, no caso de empresa individual, acompanhado de documento de identidade.

7.9.1. A representação também poderá ser feita por procurador munido de instrumento público ou particular com firma reconhecida em cartório, conforme modelo abaixo, comprovando a outorga de poderes necessários para a prática de todos os atos inerentes ao procedimento licitatório, juntamente com o documento de identidade do credenciado ou procurador e documento que comprove a representação legal do outorgante.

7.10. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados à Comissão de Licitação para autenticação.

7.11. A licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da lei citada, deverá comprovar sua condição de ME ou EPP, por meio um dos seguintes documentos:

7.11.1. Se inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, o original ou cópia autenticada da declaração de enquadramento arquivada ou original da certidão



simplificada expedida pela Junta Comercial da sede da Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);

7.11.2. Se inscrito no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, o original ou cópia autenticada da declaração de enquadramento arquivada ou da Certidão de Breve Relato do Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, ou equivalente, da sede da Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

7.11.3. Declaração de porte feita pelo representante da Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), sob as penas da lei, conforme modelo abaixo:

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONDIÇÃO DE ME OU EPP
CARTA CONVITE Nº 001/2017**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)), artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

(____) Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no artigo 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

_____, ____ de _____ de 2017.

Assinatura: _____

Nome legível: _____

Qualificação: _____

OBS.: Esta procuração deverá ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

7.12. A licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, cível, administrativa e penalmente.

8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO



8.1. As licitantes deverão apresentar a documentação abaixo relacionada no envelope “Documentação de Habilitação”:

8.1.1. Regularidade Jurídica:

8.1.1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;

8.1.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social, e suas alterações posteriores ou o instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias ou cooperativas, e no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

8.1.1.3. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

8.1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

8.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

8.1.2.2. Prova de regularidade junto à **Fazenda Municipal e Estadual** do domicílio ou sede da licitante emitida pelo órgão competente e Prova de Regularidade para com a **Fazenda Federal** através da Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais, a Dívida Ativa da União e Contribuições Sociais;

8.1.2.3. Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal;

8.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa ou Certidão de Regularidade, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante aquela Justiça.

8.1.2.5. A Microempresa (ME) e a Empresa de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal, mesmo que estes apresentem alguma restrição fiscal.

8.1.2.5.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



8.1.2.5.2. A prorrogação do prazo para a regularização fiscal dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Presidente da Comissão de Licitação.

8.1.2.5.3. Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 05 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.

8.1.2.5.4. A não regularização da documentação no prazo previsto no item 8.1.2.5 implicará na não contratação da ME ou EPP.

8.1.3. Qualificação Econômica – Financeira:

8.1.3.1. Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial de Créditos, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, no máximo 60 (sessenta) dias da data prevista para entrega dos envelopes, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei Federal 8.666/93.

8.1.4. Qualificação Técnica:

8.1.4.1. Registro ou inscrição na entidade profissional competente da licitante;

8.1.4.2. Declaração de disponibilidade dos equipamentos e equipe técnica considerada essencial para execução dos serviços objeto desta licitação e que deverão estar mobilizados quando da emissão da “Ordem de Serviço”;

MODELO

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS E EQUIPE TÉCNICA COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO

CARTA CONVITE Nº 001/2017

A empresa, CNPJ n.º, declara para os devidos fins, disponibilizar os Equipamentos e Equipe Técnica necessários para o cumprimento das exigências do Edital da Carta Convite nº 001/2017.

Local e data

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

8.1.4.3. Atestado, devidamente registrado na entidade profissional competente, de que profissional comprovadamente integrante do quadro permanente da licitante, executou, na qualidade de Responsável Técnico, obras da mesma natureza ou complexidade da aqui licitada, devendo conter como parcela de maior relevância: **Perfuração, montagem e instalação de poço tubular.**



8.1.4.3.1. A comprovação de integração do Responsável Técnico ao quadro permanente da empresa deverá ser feita pela apresentação de cópia da ficha de registro de empregado, ou CTPS, ou contrato social ou ainda registro no CREA como RT da licitante ou através de Contrato de Prestação de Serviços, ou ainda por declaração formal do profissional comprometendo-se a responder pela licitante, caso esta sagre-se vencedora do certame devendo com esta constituir vínculo, como requisito para assinatura do contrato com a administração.

8.1.4.4. Declaração de compromisso de manter, na condução das obras, o profissional cujo atestado venha a atender a licitação.

8.1.4.5. Atestado(s) de Capacidade Operacional, fornecido(s) por pessoa(s) de direito público ou privado, que comprove(em) ter a licitante executado serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior aos serviços aqui licitados.

8.1.4.6. As licitantes poderão visitar o local onde será executada a obra, objetivando a elaboração de suas propostas, ocasião em que será fornecido pela Prefeitura Municipal de Sabará o Atestado de Visita Técnica que deverá ser entregue juntamente com os demais documentos de habilitação, conforme modelo abaixo:

**ATESTADO DE VISITA TÉCNICA
CARTA CONVITE Nº 001/2017**

Atestamos que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____ visitou, por intermédio do Sr. _____, inscrito na entidade profissional competente sob o n.º _____, o(s) local(is) onde serão executadas as obras objeto da referida licitação e ulterior contrato, tomando conhecimento de todas as informações e condições locais para cumprimento das obrigações decorrentes do contrato e para formulação da proposta.

_____, ____ de _____ de 2017.

Secretaria Municipal de Obras
Prefeitura Municipal de Sabará

8.1.4.6.1. As licitantes que não tiverem interesse em realizar a visita técnica para elaborar suas propostas, deverão declarar formalmente que optou por não realizar a visita técnica ao local de execução dos serviços e assume todo e qualquer risco por esta decisão, conforme modelo a seguir:



**DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA
CARTA CONVITE Nº 001/2017**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada pelo Sr. _____, inscrito na entidade profissional competente sob o n.º _____, DECLARA que OPTA por não realizar a visita técnica ao (s) local (is) de execução dos serviços e que ASSUME todo e qualquer risco por esta decisão. DECLARA, AINDA, que se responsabiliza pela referida dispensa de visita técnica e por situações supervenientes e SE COMPROMETE a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital, do Projeto Básico e dos demais anexo que compõem o processo da Carta Convite nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Sabará.

Sabará, ____ de _____ de 2017

Representante da empresa
Identidade nº: _____

8.1.4.6.2. O Atestado de Visita Técnica a que se refere o item anterior deverá ser datado e assinado pelo representante da Prefeitura Municipal de Sabará quando do encerramento da visita dos licitantes.

8.1.4.6.3. A visita técnica deverá ser agendada com 24hrs de antecedência por meio do telefone (31) 3672-7720. Além desse agendamento, deverá ser enviado ao endereço eletrônico semob_deaop@sabara.mg.gov.br em papel timbrado da licitante constando os dados da pessoa que fará tal visita, o qual não precisará ser efetivamente integrante do quadro de funcionários da empresa, porem deverá possuir e comprovar no momento da visita que possui registro na entidade profissional competente e procuração para representar a empresa na visita com firma reconhecida em cartório.

8.1.4.6.4. A visita técnica poderá ocorrer em qualquer dia, desde a publicação do deste edital no quadro de avisos”, até 1 (um) dia anterior à data de abertura dos envelopes, observando o item 8.1.4.6.3.

8.1.5. Declarações:

8.1.5.1. Declaração de que a licitante não se acha declarado inidôneo para licitar e contratar com o Poder Público ou suspenso do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal; e declaração de que a licitante não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei n.º 9.854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, na forma da lei. As declarações serão conforme modelos a seguir:



**DECLARAÇÃO DE QUE INEXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA HABILITAÇÃO
CARTA CONVITE Nº 001/2017**

A empresa, CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Data e local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO ART. 7º, XXXIII DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA
CARTA CONVITE Nº 001/2017**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____ e inscrito no CPF sob o nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, em cumprimento ao disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição da República, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (). *(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)*

Data e local

Assinatura do Diretor ou Representante Legal

8.1.6. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet, com vigência plena na data fixada para sua apresentação.

8.1.6.1. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados à Comissão de Licitação para autenticação, durante a sessão de abertura do envelope Documentação de Habilitação.

8.1.6.1.1. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias até a data de abertura dos envelopes.

8.1.6.1.1.1. Não se enquadram no prazo de que trata o item anterior os documentos cuja validade é indeterminada como é o caso do CNPJ, dos atestados de capacidade/responsabilidade técnica e declarações.



8.1.6.1.2. Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo ou apresentados por meio de discos magnéticos.

8.1.6.1.3. Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, numerados na ordem retromencionada.

8.1.6.1.4. Não será causa de inabilitação a mera irregularidade formal que não afete o conteúdo, a idoneidade/legitimidade do documento ou não impeça seu entendimento.

8.1.6.2. A Comissão de Licitação poderá efetuar consulta ao site da Receita Federal na internet para certificação sobre a regularidade da inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ, em observância à legislação pertinente, sendo facultada, ainda, a confirmação da autenticidade dos demais documentos extraídos pela internet junto aos sites dos órgãos emissores para fins de habilitação.

9. PROPOSTA COMERCIAL

9.1. A Proposta Comercial poderá ser apresentada conforme modelo do anexo IV, ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas, com identificação da empresa proponente, n.º do CNPJ, endereço, números de telefone e fac-símile, e-mail e assinatura do seu representante legal ou credenciado, devidamente identificado e qualificado, sem emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, constando:

9.1.1. Descrição completa do objeto, conforme especificações dos anexos I, II e III e dos que lhe forem correlatos.

9.1.2. Preço total e unitário, se este houver.

9.2. A proposta deverá referir-se a todo o objeto especificado.

9.3. A apresentação da proposta por parte da licitante significa pleno conhecimento e integral concordância com as cláusulas e condições desta licitação e total sujeição à legislação pertinente.

9.4. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

9.4.1. Caso esse prazo não esteja expressamente indicado na Proposta Comercial, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

9.5. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 90 (noventa) dias, e caso persista o interesse deste Município, poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todas as licitantes classificadas, por igual prazo, no mínimo.

9.6. Decorridos 90 (noventa) dias da data do recebimento das propostas, sem que



tenha sido solicitada prorrogação de sua validade, as licitantes ficam liberadas dos compromissos assumidos.

9.7. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente do país, com 2 (duas) casas decimais.

9.8. Ocorrendo divergências entre o preço unitário dos itens e os preços totais Da proposta, prevalecerá o valor dos preços unitários, com a respectiva correção dos preços totais.

9.8.1. Caso a divergência ocorra entre os algarismos e o valor por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

9.9. O preço deverá ser proposto considerando a execução do objeto licitado no Município de Sabará, Minas Gerais, incluindo valores de quaisquer despesas relativas à mão-de-obra, encargos previdenciários e trabalhistas, seguros, tributos e outras despesas, além do lucro.

10. JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1. A ausência ou a apresentação da documentação de habilitação em desacordo com o previsto no título 8, ou a verificação de irregularidade nas consultas aos sites dos órgãos emissores, conforme previsão do subitem 8.1.6.2, inabilitará a licitante, impossibilitando a abertura do envelope proposta comercial, respectivo.

10.2. Após a fase de habilitação não cabe desistência da proposta comercial, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, e aceito pela comissão de licitação.

10.2.1. Considera-se vencida a fase de habilitação:

10.2.1.1. Se houver renúncia registrada em ata ou formalizada por escrito de todas as licitantes ao direito de interposição de recurso, nos termos do artigo 43, III e artigo 109, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93; ou

10.2.1.2. Transcorrido o prazo legal, sem que tenha havido interposição de recurso; ou

10.2.1.3. Após o deferimento ou indeferimento do recurso interposto.

11. CLASSIFICAÇÃO FINAL

11.1. Para julgamento da proposta mais vantajosa, levar-se-á em conta, como fator determinante, o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as especificações, prazos e demais condições estabelecidas neste Edital.

11.2. Serão abertos os envelopes Proposta Comercial apenas das licitantes que forem habilitadas.

11.2.1. Após abertura dos envelopes Proposta Comercial e durante a fase em que serão avaliadas, a Comissão de Licitação examinará o atendimento da conformidade da



proposta com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.2.2. Se a proposta de menor preço não tiver sido ofertada por Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), e houver proposta apresentada por Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) com valor até 10% (dez por cento) superior ao melhor preço, estará configurado o empate ficto previsto no artigo 44, § 2º da Lei Complementar nº 123/06.

11.2.3. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

11.2.3.1. Se o representante da Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) mais bem classificada estiver presente na sessão, o mesmo será convocado para, no prazo de 5 (cinco) minutos, apresentar nova proposta de preço, inferior àquela considerada classificada em primeiro lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

11.2.3.2. Se o representante da Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) não estiver presente na sessão, a Comissão de Licitação encaminhará correspondência à licitante por meio eletrônico fixando prazo de 24 (vinte e quatro horas) a partir do recebimento do email para apresentação de nova proposta comercial, sob pena de preclusão do exercício do direito de preferência.

11.2.3.3. Caso a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) mais bem classificada, em situação de empate ficto, utilize seu direito de preferência, será classificada em primeiro lugar e dar-se-á prosseguimento à sessão.

11.2.3.4. Se a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) mais bem classificada não exercer seu direito de preferência, na forma dos subitens anteriores, serão convocadas as demais Microempresas (ME's) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP's) remanescentes, cujas propostas estiverem no limite estabelecido no item 11.2.3, na ordem de classificação, para o exercício do direito de preferência.

11.2.3.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pela Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) que se encontrem nesse limite, a Comissão de Licitação realizará sorteio, entre essas empresas, para definir a que primeiro poderá apresentar nova proposta comercial.

11.2.3.6. Não havendo Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) em situação de empate ficto, que utilize o direito de preferência, prosseguir-se-á a sessão observando-se a classificação das propostas comerciais.

11.2.3.7. Será classificado em primeiro lugar a licitante que, após aplicação do direito de preferência instituído pela Lei Complementar nº 123/06, ofertar o menor preço.

11.2.4. Será desclassificada a Proposta Comercial que:

11.2.4.1. Não atenda aos requisitos deste instrumento convocatório;

11.2.4.2. Não se refira à integralidade do objeto;



11.2.4.3. Não atenda às exigências estabelecidas em diligências ou neste Edital;

11.2.4.4. Apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração; ou superestimados ou manifestamente inexequíveis, assim considerados nos termos do disposto no artigo 44, § 3º e artigo 48, II, § 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93;

11.2.4.4.1. Se a Comissão de Licitação entender que o preço é inexequível fixará prazo para que a licitante demonstre a exequibilidade de seu preço por meio de planilha de custos ou outros documentos.

11.2.4.4.2. Não havendo a comprovação da exequibilidade do preço a proposta será desclassificada, sujeitando-se a licitante às sanções legais.

11.2.5. Se a Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) não utilizar seu direito de preferência, não apresentando nova Proposta Comercial, e, tendo ocorrido empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á por sorteio, nos termos do artigo 45, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2.6. Na análise das propostas não será considerada qualquer oferta de vantagem.

11.2.7. Para efeito de julgamento da Proposta Comercial serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, se apresentados.

11.2.8. A Comissão de Licitação poderá, no julgamento das propostas desconsiderar evidentes falhas formais sanáveis e que não afetem o seu conteúdo.

12. RECURSOS E CONTRARRAZÕES

12.1. A licitante poderá apresentar recursos contra as decisões da Comissão de Licitação, nos termos do artigo 109 da Lei Federal no 8.666/93.

12.2. Interposto recurso, será dada ciência às licitantes através de publicações no site da Prefeitura Municipal de Sabará: www.sabara.mg.gov.br, no Diário Oficial de Minas Gerais. Os licitantes interessados poderão protocolar suas contrarrazões, dentro do prazo legal, a fim de impugnar recurso interposto.

12.3. O recurso e respectivas contrarrazões deverão obedecer aos seguintes requisitos, sob pena de não serem conhecidos:

12.3.1. Ser dirigido ao Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Sabará, aos cuidados da Comissão de Licitação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, após a divulgação dos resultados;

12.3.2. Ser dirigido ao Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Sabará, nos casos de anulação ou revogação, no prazo de 02 (dois) dias úteis;



12.3.3. Ser apresentado em uma via original, datilografada ou emitida por computador, contendo razão social, CNPJ e endereço da empresa, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou credenciado da licitante, devidamente comprovado;

12.3.4. Ser protocolizado na sala da Comissão de Licitação, à Rua Comendador Viana, nº 119, Bairro Centro, Sabará, Minas Gerais;

12.4. O Município não se responsabilizará por memoriais de recurso e contrarrazões endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos do mencionado no subitem 12.3.4 e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal.

12.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Os recursos serão dirigidos à autoridade competente, por intermédio da Comissão de Licitação, que, reconsiderando ou não sua decisão, o fará subir, devidamente informado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.7. O recurso será decidido no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.8. A decisão acerca de recurso interposto será divulgada no site desta Prefeitura.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Inexistindo manifestação recursal, a Comissão de Licitação adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor, com a posterior homologação do resultado pela Autoridade Competente.

13.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14. CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATAÇÃO E GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Homologado o procedimento licitatório, o representante legal da adjudicatária será convocado para a assinatura do contrato, conforme minuta constante do Anexo V.

14.2. Se o licitante vencedor, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, não tendo solicitado prorrogação de prazo com justificativa aceita pelo Município, a Comissão de Licitação poderá convocar os licitantes subsequentes, segundo a ordem de classificação das propostas para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições da proposta classificada em primeiro lugar, podendo optar por revogar a licitação, nos termos do art. 64, §2º da Lei Federal no 8.666/93.

14.3. A contratada deverá indicar, no ato da assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, 01 (um) preposto qualificado para representá-la perante o Município e



para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, devendo este Preposto responder por todos os assuntos relativos ao contrato.

14.3.1.O Preposto deverá possuir o conhecimento e a capacidade profissional necessários para responder pela contratada, bem como ter autonomia e autoridade para resolver qualquer assunto relacionado com os serviços contratados.

14.4. O prazo de vigência do contrato será pelo período de 4 (quatro) meses, iniciando-se após a emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

14.5. Os serviços objeto desta licitação deverão ser prestados dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas e práticas técnicas a eles pertinentes, conforme condições previstas neste Edital e seus Anexos.

14.6. o município reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecido o disposto no artigo 65, §1º da lei federal nº 8.666/93.

14.7. O contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da contratada com terceiros, sem autorização prévia do Município, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

14.8. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, ocorridas durante a vigência do contrato, deverão ser comunicadas ao Município e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras e princípios disciplinadores das licitações e contratos administrativos, ensejarão a rescisão do contrato.

14.9. Observado o disposto no artigo 67 da Lei nº 8.666/93, a solicitação, autorização, acompanhamento, fiscalização, recebimento e conferência dos serviços objeto do contrato serão realizados pela Secretaria Municipal de Obras.

14.10. As partes poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro (de acordo com o indicador IGP-M) do contrato, nos termos do artigo 65, II, "d" da Lei Federal nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos, e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. A contratada ficará sujeita, pela inexecução das condições estipuladas neste Edital, às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município, e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com os artigos 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

15.2. Ficam estabelecidos os seguintes percentuais para as multas aplicáveis:



15.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência;

15.2.2. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual;

15.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese de a contratada, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o Município, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

15.3. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado da garantia prestada ou dos pagamentos devidos pelo Município. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção.

15.4. As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

16. PAGAMENTO

16.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias e correspondentes em exercício ulterior: 02.011.001.04.122.0007.2028.44.90.51.00.00, ficha nº 145; 02.011.001.04.122.0007.2028.44.90.51.00.00, ficha nº 146.

16.2. Todo e qualquer pagamento está condicionado ao efetivo cumprimento do objeto.

16.3. A Secretaria Municipal de Obras, tendo como base a medição a ser elaborada pela CONTRATADA, expedirá atestado de inspeção de serviços prestados, que servirá como instrumentos de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais, o qual e constituirá documento indispensável para a liberação dos pagamentos.

16.4. Os pagamentos, atrelados a medições mensais vinculadas aos preços unitários da planilha de orçamento, serão efetuados mensalmente pela Secretaria Municipal de Fazenda em até 30 (trinta) dias após o recebimento das notas fiscais, desde que acompanhadas da medição aprovada pela Secretaria Municipal de Obras, da Guia de Previdência Social - GPS e da documentação especificada no Contrato;

16.5. Caso a contratada encaminhe a nota fiscal e demais documentos ao Município fora do prazo fixado, a data do pagamento poderá ser alterada na mesma proporção dos dias úteis de atraso.

16.5.1. Se a nota fiscal for recusada por erro formal ou material, o pagamento só será



efetuado após as devidas correções, dispondo o Município do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da nota fiscal corrigida.

16.6. Nenhum pagamento será efetuado, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação por parte da contratada, sem que isto gere direito à alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da prestação dos serviços.

16.7. Uma vez paga a importância discriminada na nota fiscal, a contratada dará ao Município plena, geral e irrevogável quitação da remuneração referente aos serviços nela discriminados, para nada mais vir a reclamar ou exigir a qualquer título, tempo ou forma.

16.8. O valor pago ao futuro contratado não estará condicionado ao valor total estimado na planilha de orçamento, pois somente serão pagos os serviços efetivamente prestados, de conformidade com a necessidade do Município.

16.9. Os pagamentos relativos a contratos conveniados estarão vinculados à liberação dos recursos por parte do ente gerenciador dos mesmos.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

- Anexo I – Planilha de Orçamento;
- Anexo II – Cronograma Físico Financeiro;
- Anexo III – Projeto Básico;
- Anexo IV – Modelo de Proposta Comercial;
- Anexo V - Minuta de Contrato;

17.2. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação da licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

17.3. Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se do envelope de licitante desqualificado ou de envelope Proposta Comercial de licitante inabilitado.

17.4. Na análise da documentação e no julgamento da Proposta Comercial, a Comissão de Licitação poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

17.5. Toda a documentação apresentada neste Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

17.6. A Comissão de Licitação, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras, durante o certame, e relevar omissões e erros formais, observadas na



documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto às licitantes, destinadas a esclarecer a instrução do processo, conforme disposto no artigo 43, §3º da Lei Federal nº 8.666/93.

17.6.1. Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação de cópias simples pela Comissão de Licitação, desde que os documentos originais sejam apresentados.

17.6.2. O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação da licitante ou a desclassificação da proposta.

17.7. A participação da licitante implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste Edital, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

17.8. A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação, mediante ato escrito e fundamentado.

17.9. As decisões da Comissão de Licitação serão comunicadas aos interessados, podendo ser aplicado o disposto no artigo 109, §1º da Lei Federal n.º 8.666/93, e poderão ser divulgadas no *site* da Prefeitura.

17.10. O Município poderá prorrogar, por conveniência exclusiva, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

17.11. Fica eleito o foro da Comarca de Sabará, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta licitação.

Sabará, 31 de maio de 2017.

Hélio César Rodrigues de Resende
Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO 2017-2020

SABARÁ
Muito mais pelo cidadão!

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ									
GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS									
Secretaria de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana - SEDRU									
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS									
CÓDIGO DE CUSTO									
LOCAL: COMUNIDADE AGRÍCOLA - DISTRITO DE RUADESA/SAABÁ/MS									
REFERÊNCIA: Planilha de Preços da COPASA (ABRIL DE 2016) / SETOR (DEZEMBRO DE 2015) / SIAFIM (MARÇO DE 2016)									
PRazo DE EXECUÇÃO: 04 meses (120 dias)									
ITEM	REFERENCIA	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO \$/un	% DE BDI UTILIZADO	PREÇO UNITÁRIO C/BDI	PREÇO TOTAL	BDI
03.01.03	6500036 (COPASA)	CAIXA DE PASSAGEM EM ALUMÍNIO (0,30 X 0,30 X 0,30 M)	UN	1,00	72,18	0,3061	94,77	94,77	
03.01.04	6500162 (COPASA)	ASSENTAMENTO DE CABOS ELÉTRICOS EM ELÉTRICIDADE DIÁMETRO ATÉ 35 MM2, EXCLUSIVE CABOS	M	6,00	1,59	0,3061	2,08	12,48	
03.01.05	6500163 (COPASA)	ASSENTAMENTO DE ELÉTRICO DE PVC RÍGIDO ROSCAVEL - DIAM 1", EM VALAS, COM ESCOVAÇÃO EM SOLO E TERMO, EXCLUSIVE ELÉTRICO	M	6,00	7,62	0,3061	9,95	59,70	
03.01.06	6500163 (COPASA)	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, DIÁMETRO DA TUBULAÇÃO DE EXTRUSÃO DE 2" - PROFUNDIDADE DE INSTALAÇÃO DA BOMBA ENTRE 6M A 120M	UN	1,00	301,40	0,3061	393,65	393,65	
03.01.07	3500042 (COPASA)	TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO 60,11/2"	M	100,00	35,97	0,2253	31,82	3.182,00	
03.01.08	6500164 (COPASA)	MÁQUETA PADRÃO CEMIG PARA SUB-ESTÁGIO AEREA DE ATÉ 75 KVA	UN	1,00	864,06	0,2253	808,05	864,06	
03.01.09	35000156 (COPASA)	TUBO POLIÉTERO (PEAD) Ø200MM - PRETO	M	6,00	1,98	0,2253	2,43	14,58	
03.01.10	3500103 (COPASA)	CABO COBRE UNIPOLAR 15MM2 ISOL. P/ 1000V	M	220,00	0,73	0,2253	0,89	193,36	
03.01.11	3500109 (COPASA)	CABO COBRE UNIPOLAR 15MM2 ISOL. P/ 1000V	M	376,00	3,47	0,2253	4,25	1.428,00	
03.01.12	3500035 (COPASA)	UNIA SIMPLES F.C.G. CLASSE 01,1/2"	UN	17,00	9,32	0,2253	11,42	194,14	
03.01.13	6500107 (COPASA)	BARRETE PARA POÇO PROFUNDO DIAM 50MM (1,1/2")	UN	1,00	1.256,26	0,3061	1.654,68	1.654,68	
03.01.14	COMPOSIÇÃO DE CUSTO (SEDRU)	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ENDO VERTICAL, COM MOTOR ELÉTRICO BRÁSICO DE 220V, 60 HZ, POTÊNCIA DE 1,00 A 3,00 CV, CONF. ESPECIFICAÇÃO	UN	1,00	4.832,00	0,3061	6.311,08	6.311,08	
03.01.15	COMPOSIÇÃO DE CUSTO (SEDRU)	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DO QUADRO DE COMANDO E PROTEÇÃO DE MOTORES BRÁSICOS DE 220V, 60 HZ, POTÊNCIA DE 1,00 A 3,00 CV, CONF. ESPECIFICAÇÃO	UN	1,00	2.855,32	0,3061	3.859,94	3.859,94	
04.								18.422,95	
04.01		ADUTORIA DE ÁGUA BRITA							
04.01.01	6500118 (COPASA)	SERVÇOS DIVERSOS	M4	0,23	834,21	0,3061	1.076,50	242,54	
04.01.02	6500054 (COPASA)	LOCALÇÃO DE ENXO - ANEL RÍGIDO	M2	180,00	3,13	0,3061	4,09	738,20	
04.01.03	6500054 (COPASA)	LIMPEZA TERMO COM PASSELEM MANUAL	M2	10,00	20,96	0,3061	27,25	272,50	
04.01.04	6500016 (COPASA)	ESCOVAÇÃO MANUAL DE VALVAS (SOLO SECO), PROFUNDIDADE ATÉ 1,50 M	M3	33,20	6,24	0,3061	8,13	270,58	
04.01.05	6500332 (COPASA)	REELABORAÇÃO E COMPACTAÇÃO MANUAL DE TERMO DE VIA	M2	72,00	3,93	0,3061	5,13	369,36	
04.01.06	6500032 (COPASA)	ATERRO DE VALVAS E CABOS DE ELÉTRICO C/ AMPLIACAO RESIL DA COMPACTACAO	M3	43,20	11,58	0,3061	15,26	659,23	
04.01.07	6500088 (COPASA)	ASSENTAMENTO DE TUBOS E CONJUNTOS PVC 25 DN DE 90 MM	M	180,00	1,12	0,3061	1,46	262,80	
04.01.08	3500084 (COPASA)	TUBO PVC 25 CLS DIBRUM	M	180,00	3,93	0,2253	4,82	867,60	
04.01.09		FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO DE CABOS DE COBRE BIPOLAR 2,50MM², PROTEÇÃO 1000V, LANÇADOS SEM ELÉTRICOS, JUNTO ABAIXA AUTOMATIZAÇÃO ATRAVÉS DE BONS DE NÍVEL, INSTALADAS NO RESERVATÓRIO, CONFORME ESPECIFICAÇÃO.	M	180,00	5,58	0,3061	7,29	1.312,20	
05.								4.939,20	
05.01		ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA							
05.01.01		SERVÇOS DIVERSOS	UN	1,00	977,50	0,3061	1.276,71	1.276,71	
06.								1.126,71	
06.01		UBIRANIZAÇÃO DE ÁREAS ATÉ 25M²							
06.01.01	6500075 (COPASA)	SERVÇOS DIVERSOS	M	19,00	40,31	0,3061	52,91	1.005,29	
06.01.01		CERCA ALARME FABRICO COM MOLDES DE CONCRETO CONFORME PADRÃO COPASA N.126							



PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO 2017-2020

SABARÁ
Muito mais pelo cidadão!



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana - SEDRU

PLANO DE ORÇAMENTO DE CUSTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ		PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ		PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ		PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ		PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ	
COTA - PREPARAÇÃO DE FOCO ARTÍSTICO		COTA - PREPARAÇÃO DE FOCO ARTÍSTICO		COTA - PREPARAÇÃO DE FOCO ARTÍSTICO		COTA - PREPARAÇÃO DE FOCO ARTÍSTICO		COTA - PREPARAÇÃO DE FOCO ARTÍSTICO	
LOCAL - COMUNIDADE MANGUE - DISTRITO DE MATIM/SABARÁ/MG		LOCAL - COMUNIDADE MANGUE - DISTRITO DE MATIM/SABARÁ/MG		LOCAL - COMUNIDADE MANGUE - DISTRITO DE MATIM/SABARÁ/MG		LOCAL - COMUNIDADE MANGUE - DISTRITO DE MATIM/SABARÁ/MG		LOCAL - COMUNIDADE MANGUE - DISTRITO DE MATIM/SABARÁ/MG	
PERÍODO DE EXECUÇÃO: 04 meses (2018)		PERÍODO DE EXECUÇÃO: 04 meses (2018)		PERÍODO DE EXECUÇÃO: 04 meses (2018)		PERÍODO DE EXECUÇÃO: 04 meses (2018)		PERÍODO DE EXECUÇÃO: 04 meses (2018)	
ITEM	REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO \$/UNID	% DE BDI UTILIZADO	PREÇO UNITÁRIO \$/UNID	PREÇO TOTAL	FORMA DE PAGAMENTO
06.01.02	65000003 (COPASA)	PORTÃO PARA PREDIÓTIPO CONSUMO PADRÃO COPASA P.013	UN	1,00	1.121,80	0,3061	1.465,18	1.465,18	FORMA DE PAGAMENTO
06.01.03	65000280 (COPASA)	CONCRETO MAGRO (CONSUMO MÍNIMO DE CIMENTO 150 KG/M ³) - PREPARO EM BETONTEIRA	M ³	2,50	236,35	0,3061	308,70	771,75	FORMA DE PAGAMENTO
06.01.04	65000280 (COPASA)	LANÇAMENTO OU BOMBATEAMENTO E ADESIAMENTO DE CONCRETO ATURADA OU PROFUNDIDADE ATÉ 1,50 M	M ³	2,50	139,22	0,3061	181,84	454,60	FORMA DE PAGAMENTO
06.01.05	65000281 (COPASA)	FORMA PLATA EM TABUA DE FERRO, 7/ ESTRUTURAS	M ²	2,00	32,63	0,3061	42,82	85,24	FORMA DE PAGAMENTO
06.01.06	65000251 (COPASA)	PRESTIMIA DE ESTRUTURAS, ALTURA OU PROFUNDIDADE ATÉ 1,50 M	M ²	2,00	11,50	0,3061	15,02	30,04	FORMA DE PAGAMENTO
SUB - TOTAL DO ITEM 06:									3.002,10
07.		REPLANTIO DE RESERVATÓRIO PRIV-V-3245 BASE DE CONCRETO ARMADO PARA RESERVATÓRIO H=2,0M, INCLUSIVE FUNDAÇÃO							
07.01.01	65000017 (COPASA)	COLOCAR ESTRUTURAS - GARANTIR/TRANSFERIR PARA OBRAS	M ²	15,00	2,84	0,3061	3,71	55,65	FORMA DE PAGAMENTO
07.01.02	65000034 (COPASA)	IMPERTE TERNINO COM IMPERTEGRAM HANDELA	M ²	15,00	3,13	0,3061	4,09	61,35	FORMA DE PAGAMENTO
07.01.03	65000169 (COPASA)	ESCALONADO MANUAIS EM SÓLO, PROFUNDIDADE ATÉ 1,50 M	M ³	3,52	20,86	0,3061	27,75	95,92	FORMA DE PAGAMENTO
07.01.04	65003321 (COPASA)	REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO MANUAIS DE FUNDOS DE VAIA	M ²	14,06	3,99	0,3061	5,13	72,13	FORMA DE PAGAMENTO
07.01.05	65000289 (COPASA)	FORMA CURVA EM TABUA DE FERRO, 7/ ESTRUTURAS	M ²	4,74	83,02	0,3061	108,43	513,96	FORMA DE PAGAMENTO
07.01.06	65000251 (COPASA)	PRESTIMIA DE ESTRUTURAS, ALTURA OU PROFUNDIDADE ATÉ 1,50 M	M ²	4,74	11,50	0,3061	15,02	71,19	FORMA DE PAGAMENTO
07.01.07	65000283 (COPASA)	BROCA DE CONCRETO (DIA MÍNIMO= 20 CM), CONSUMO MÍNIMO DE CIMENTO 150 KG/M ³	M ³	8,00	19,61	0,3061	25,61	204,88	FORMA DE PAGAMENTO
07.01.08	65000276 (COPASA)	ARMADURA DE AÇO CA.50, FOMENTAMENTO E COLOCACAO	M ³	96,00	6,05	0,3061	7,90	758,40	FORMA DE PAGAMENTO
07.01.09	65000280 (COPASA)	CONCRETO MAGRO (CONSUMO MÍNIMO DE CIMENTO 150 KG/M ³) - PREPARO EM BETONTEIRA	M ³	0,71	236,35	0,3061	308,70	219,18	FORMA DE PAGAMENTO
07.01.10	65000288 (COPASA)	CONCRETO ESTRUTURAL (FCK = 20 MPa) - PREPARO EM BETONTEIRA	M ³	4,00	323,52	0,3061	422,55	1.690,20	FORMA DE PAGAMENTO
07.01.11	65000289 (COPASA)	LANÇAMENTO OU BOMBATEAMENTO E ADESIAMENTO DE CONCRETO ATURADA OU PROFUNDIDADE ATÉ 1,50 M	M ³	2,00	139,22	0,3061	181,84	363,80	FORMA DE PAGAMENTO
07.01.12	65000280 (COPASA)	LANÇAMENTO OU BOMBATEAMENTO E ADESIAMENTO DE CONCRETO ATURADA OU PROFUNDIDADE DE 1,50 M A 10,00M	M ³	2,00	148,89	0,3061	194,47	388,94	FORMA DE PAGAMENTO
07.01.13		FOMENTAMENTO E INSTALACAO DO RESERVATÓRIO CILÍNDRICO EM PÓLETEIRO, COM TAMPA MOSCADA 600mm V=5.000L	UN	1,00	2.013,38	0,3061	2.679,65	2.679,65	FORMA DE PAGAMENTO
07.01.14		FOMENTAMENTO E INSTALACAO DE CONJUNTO CHAVE BOMBS DE NÍVEL SUPERIOR E INFERIOR, INCL. QUADRO AUXILIAR NO RES. PARA AUTOMATIZACAO DO SISTEMA, CONDIÇÃO DE EFECIÊNCIA	UN	1,00	1.068,17	0,3061	1.395,14	1.395,14	FORMA DE PAGAMENTO
07.01.15	65000238 (COPASA)	FORMA PLATA EM TABUA DE FERRO, 7/ ESTRUTURAS	M ²	16,06	32,63	0,3061	42,82	848,48	FORMA DE PAGAMENTO
SUB - TOTAL DO ITEM 07:									9.204,75
08.		ESTABELECIMENTO DE RESERVATÓRIO EM PIV-V, INCLUSIVE COLOCACAO SOBRE BASE COM ALTURA MÍNIMA DE 3,0M							
08.01.		SERVIÇOS DIVERSOS							
08.01.01	65000276 (COPASA)	ARMADURA DE AÇO CA.50, FOMENTAMENTO E COLOCACAO	M ³	1,20	6,05	0,3061	7,90	9,48	FORMA DE PAGAMENTO
08.01.02	35000580 (COPASA)	CAPO DE AÇO SAE DONS GALVANIZADO DIA.6,0MM	M	12,00	3,54	0,2253	4,34	52,08	FORMA DE PAGAMENTO
08.01.03		GRAMADOS, SAMPULHARES E ESTACADORES PARA ESTABELECIMENTO DE RESERVATÓRIO PRIV SOBRE BASE ELIVADA DE CONCRETO, H=3,0M.	GR	1,00	703,06	0,3061	918,27	918,27	FORMA DE PAGAMENTO
SUB - TOTAL DO ITEM 08:									979,83
09.		DARILHETE RESERVATÓRIO RG.11/72							
09.01.		SERVIÇOS DIVERSOS							
09.01.01	65000439 (COPASA)	MONTELAGEM E ASSEMBLAMENTO DE TUBO DE FERRO GALVANIZADO, COM LUVA, DIAMETRO = 1,1/2"	M	12,00	18,43	0,3061	24,07	288,84	FORMA DE PAGAMENTO
09.01.02	65000439 (COPASA)	MONTELAGEM DE CONJUNTO DE FERRO GALVANIZADO, DIAMETRO = 1,1/2"	UN	19,00	8,92	0,3061	11,65	221,35	FORMA DE PAGAMENTO
09.01.03	65001126 (COPASA)	PIRATA DE TUBULACÕES DE FERRO FININDO	M ²	1,92	14,19	0,3061	18,53	35,58	FORMA DE PAGAMENTO
SUB - TOTAL DO ITEM 09:									355,77

PÁGINA 3 DE 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE SABARÁ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO 2017-2020

SABARÁ
Muito mais pelo cidadão!



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Secretaria de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana - SEDRU

PLANOILHA ORÇAMENTÁRIA DE CUSTOS

ITEM	REFERENCIA	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO S/BDI	% DE BDI UTILIZADO	PREÇO UNITÁRIO C/BDI	PREÇO TOTAL
09.01.04	6500167 (COPASA)	CORTE E ABERTURA DE ROSCAS EM TUBOS, FERRO GALVANIZADO, DIAMETRO = 11/2"	UM	9,00	9,57	0,3061	12,50	112,50
09.01.05	3500030 (COPASA)	COTOVELO 90 GR FG CLADO Ø11/2"	UM	2,00	12,72	0,2253	15,59	100,13
09.01.06	3500034 (COPASA)	INTE DUNDO F.G. CLADO Ø11/2"	UM	5,00	9,74	0,2253	11,72	58,60
09.01.07	3500042 (COPASA)	TUBO AÇO CARBONO GALVANIZADO Ø11/2"	M	12,00	25,97	0,2253	31,82	381,84
09.01.08	3500024 (COPASA)	UNIDÃO/ASSENTO F.G. CLADO Ø11/2"	UM	3,00	50,49	0,2253	61,87	185,51
09.01.09	3500064 (COPASA)	ADAPTERO PVC 60R DIAMØ 11/2" 25-PA	UM	2,00	1,23	0,2253	1,51	3,02
09.01.10	3500034 (COPASA)	REGISTRO GAVETA BRONÇA S/CAPO Ø=11/2"	UM	2,00	53,50	0,2253	66,04	132,08
SUB-TOTAL DO ITEM 09 139,255								
10.	REDE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA							
SERVIÇOS DIVERSOS								
10.01.01	6500169 (COPASA)	LOCALIZAÇÃO DE EMO - ÁREA RURAL	MM	1,33	824,21	0,3061	1.076,50	1.431,25
10.01.02	6500054 (COPASA)	IMPLANTA FERRETO COM RESPIGEM MANUAL	M2	1.330,00	3,13	0,3061	4,09	5.439,20
10.01.03	6500152 (COPASA)	REGULARIZAÇÃO DE VAZAS BOMBO SECÃO, PROFUNDIDADE ATE 150 M	M3	319,20	31,28	0,3061	40,87	13.046,70
10.01.04	6500331 (COPASA)	R EGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO MANUAL DE FUNDO DE VAZA	M2	256,00	3,82	0,3061	5,12	1.304,58
10.01.05	6500173 (COPASA)	ATERRO DE VAZAS E CAVAS DE FUNDADAÇÃO C/ AVANÇADO VISUAL DA COMPACTAÇÃO	M3	105,00	1,88	0,3061	2,52	1.862,66
10.01.06	6500036 (COPASA)	ASSENTAMENTO DE TUBOS E CONEXÕES PVC S/ Ø=40 DE 50 MM	M	1.350,00	1,12	0,3061	1,46	1.941,60
10.01.07	3500041 (COPASA)	TUBO PVC Ø= 115 CLAS DIMONOMA	M	1.230,00	3,93	0,2253	4,82	6.410,60
SUB-TOTAL DO ITEM 10 31.257,79								
SUB-TOTAL DOS ITENS 1 A O 11 82.816,45								
11	MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO							
MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS								
11.1	M08-D05-00(SETOP)		%	0,2061	82.816,45		82.816,45	414,08
TOTAL DO ITEM 11 414,08								
TOTAL GERAL 107.086,11								

Considerações:
1 - O BDI utilizado sobre serviços está de acordo com a tabela contida na planilha SETOP MG para obras de abastecimento, sendo o ISS municipal de 2%.



ANEXO II
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO
CARTA CONVITE N.º 001/2017

PREFEITURA: SABARÁ		VALOR DO CONVÊNIO: R\$ 106.672,05	DATA: 10/05/2016							
OBRA: PERFURAÇÃO E EXECUÇÃO DE POÇO ARTESIANO		LOCAL: COMUNIDADE MÁQUINE/DISTRITO RAVENA-SABARÁ	PRAZO DA OBRA: 04 meses							
ITEM	CÓDIGO	ETAPAS/DESCRIÇÃO	FÍSICO/ FINANCEIRO RO	TOTAL ETAPAS	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6
1		SERVIÇOS PRELIMINARES	Físico % 9,405,51	9,405,51	100%	*	*	*	*	*
2		PERFURAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, PROFUNDIDADE MÉDIA DE 100M (ATE 150M)	Físico % 26,792,83	18,765,34	65%	3,5%	*	*	*	*
3		MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO 1,12"	Físico % 18,422,95	12,896,07	70%	12,896,07	5,526,89	*	*	*
4		ADUTORIA DE ÁGUA BRUTA	Físico % 4,993,01	4,993,01	*	60%	2,995,81	1,997,20	*	*
5		ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA	Físico % 1,276,71	1,276,71	*	80%	638,36	638,36	*	*
6		URBANIZAÇÃO DE ÁREAS, ATÉ 28M²	Físico % 3,812,10	3,812,10	*	50%	1,906,05	1,906,05	*	*
7		IMPLANTAÇÃO DE RESERVATÓRIO PRFV-V=5M3 E BASE DE CONCRETO ARMADO PARA RESERVATÓRIO, H=3,0M, INCLUSIVE FUNDAÇÃO (BROCA+SPATIA+GINTA), ESTABIMENTO DE RESERVATÓRIO EM PRFV, INCLUSIVE COLOCAÇÃO SOBRE SOBRE BASE COM ALTURA MÍNIMA DE 3,0M	Físico % 9,204,75	9,204,75	*	30%	2,761,43	6,443,33	70%	*
8		BARRELETE RESERVATÓRIO FG 1,12"	Físico % 979,83	979,83	*	*	293,95	685,88	60%	*
9		REDE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	Físico % 1,526,55	1,526,55	*	*	763,28	763,28	60%	*
10		MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO	Físico % 31,257,79	31,257,79	50%	*	12,503,12	18,754,67	50%	*
11		TOTAL	Físico % 107,006,11	26,577,89	27,463,77	26,390,26	26,854,20			



ESTADO DE MINAS GERAIS
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana - SEDRU

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Engenheiro Responsável

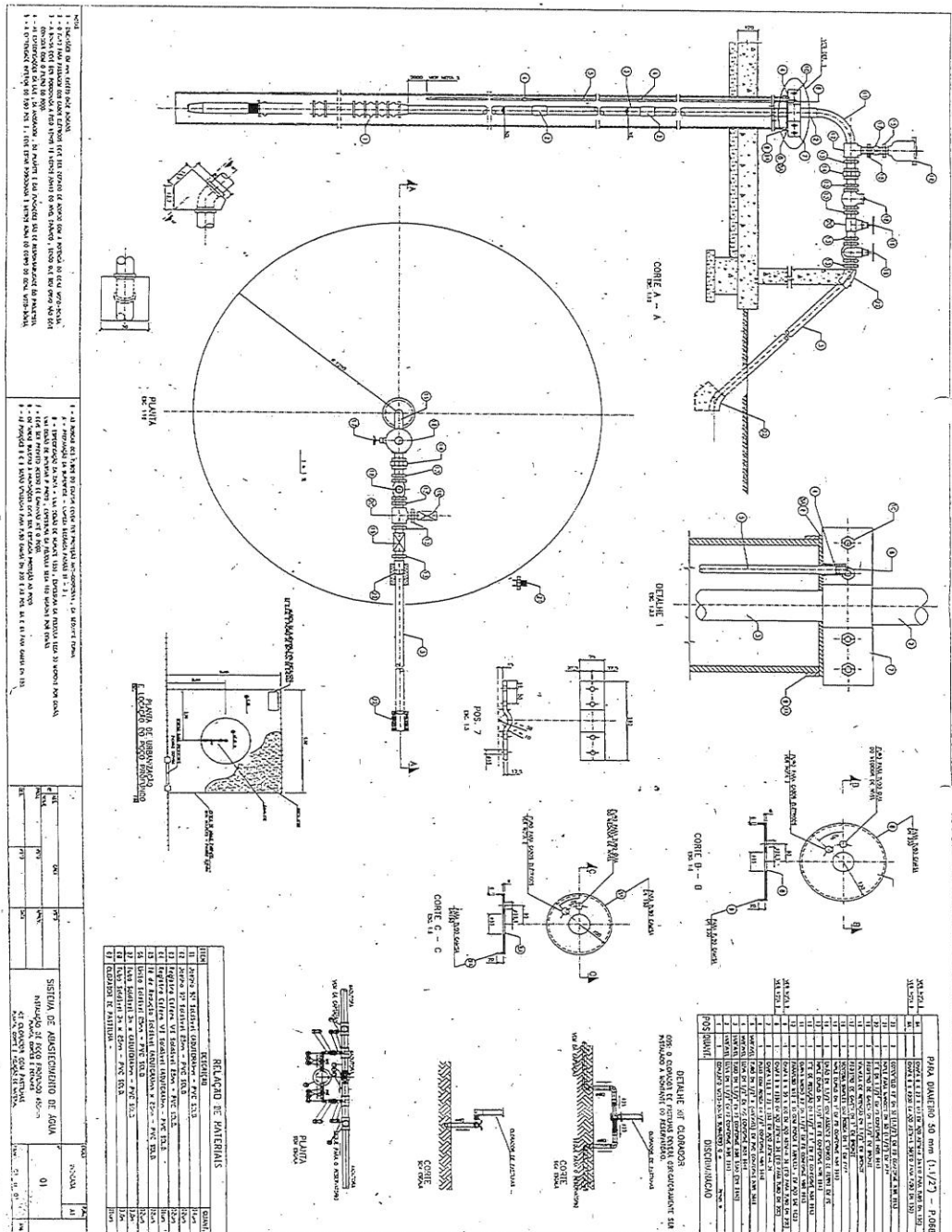
CREA

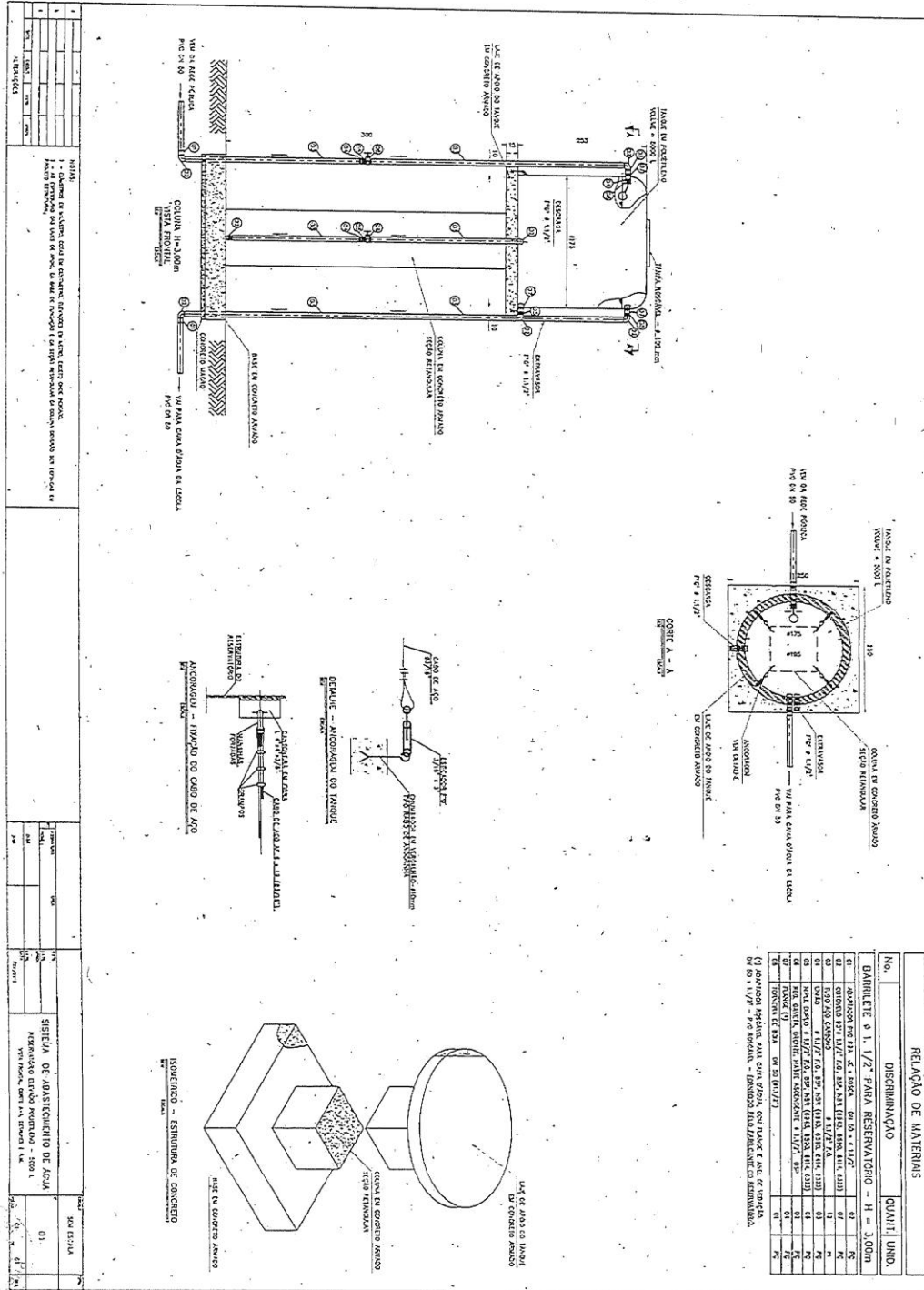
Observações:

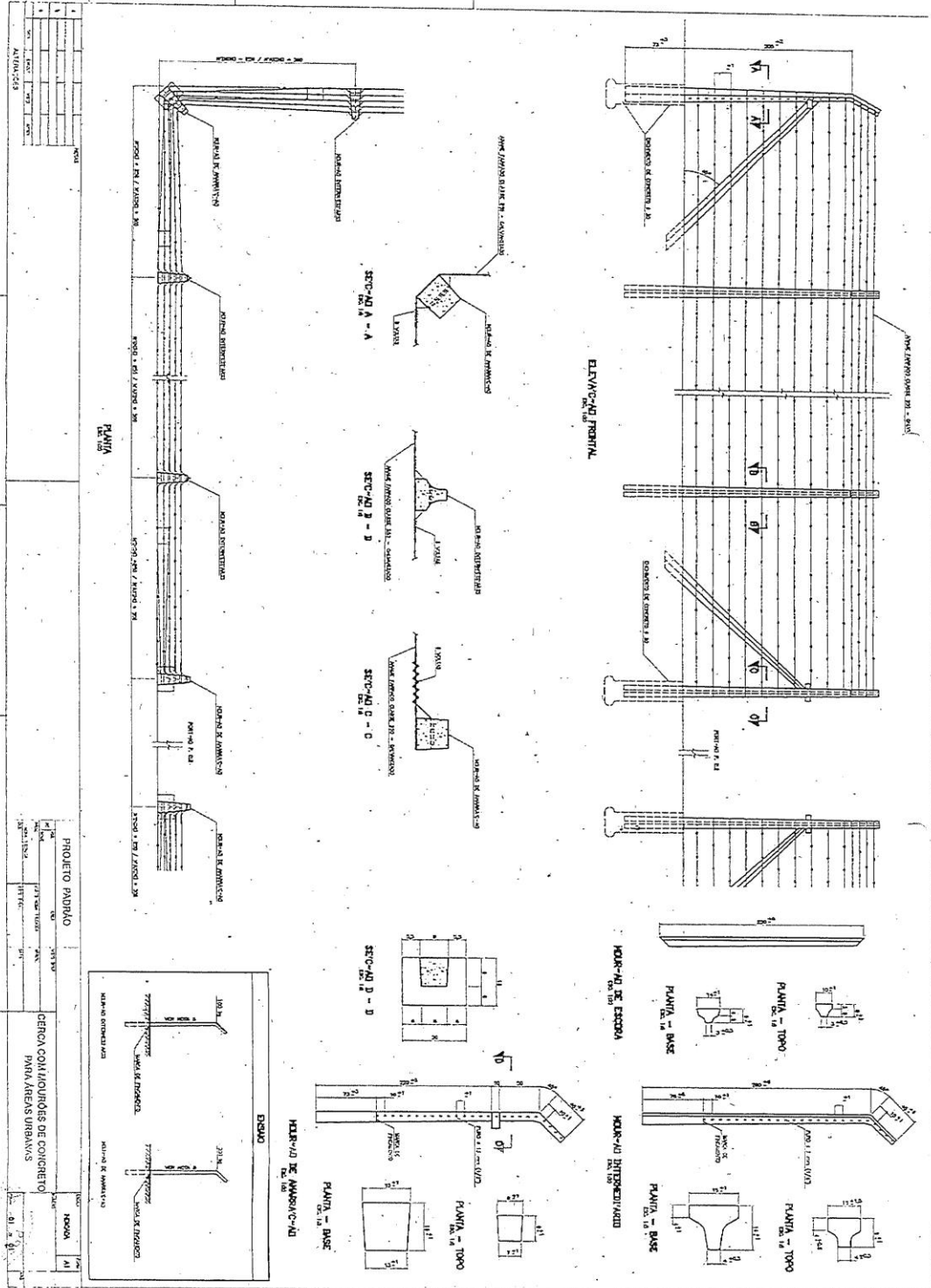
Prefeito de Sabará
 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana - SEDRU
 Internet: www.urbano.mg.gov.br
 Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/nº Edifício Gerais/14º andar - Serra Verde - Belo Horizonte/MG - Cep: 31630-901/Telefone: (31) 3015-7005



ANEXO III
PROJETO BÁSICO
CARTA CONVITE N.º 001/2017









ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

CARTA CONVITE N.º 001/2017

1. Objeto: Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa do ramo para a execução de obra de perfuração, instalação e funcionamento de poço artesiano na comunidade de Maquiné, Distrito de Ravena no Município de Sabará/MG, com o fornecimento de mão de obra e materiais, de acordo com o Convênio nº 1471001162/2016 firmado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – SEDRU/MG, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras, conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

2. Regime de Execução: Empreitada por preço unitário.

3. Preço: Estipulado consoante planilha de orçamento em anexo.

4. Prazo: O prazo de vigência do contrato será pelo período de 4 (quatro) meses, iniciando-se após a emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

5. Validade da proposta: 90 (noventa) dias

6. Condições de pagamento: Medições mensais vinculadas aos preços unitários da Planilha de Orçamento.

7. Declarações: 1) comprometemo-nos a cumprir rigorosamente as normas regulamentadoras sobre medicina e segurança do trabalho; 2) O preço proposto inclui adicional noturno, hora refeição, encargos sociais, despesas e taxas administrativas, mão de obra, benefícios, seguros, insumos, uniformes, vale-transporte, equipamentos, reserva técnica, lucro, todos os tributos e demais encargos incidentes sobre a prestação do serviço, enfim tudo quanto for necessário à legal, plena, satisfatória e adequada execução do objeto; 3) Estamos de acordo que o Contrato estabeleça sua rescisão independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando ocorrer quaisquer das hipóteses previstas no artigo 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na forma e com as consequências ali estabelecidas;

8. Dados para elaboração do eventual contrato:

8.1. Da empresa:

Nome completo:

Endereço:

Filial representante (se houver):

CNPJ nº:

Inscrição Estadual nº:

Telefone para contato:

CEP:

E-mail:



8.2. Do responsável pela assinatura do contrato:

Nome:

Nacionalidade:

Estado Civil:

Profissão:

Residência e Domicílio:

Carteira de Identidade (nº e órgão expedidor):

CPF nº:

_____, ____ de _____ de 2017.

Assinatura: _____

Nome legível: _____

Qualificação: _____

OBS.: A proposta comercial deverá ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

CARTA CONVITE N.º 001/2017

O **MUNICÍPIO DE SABARÁ**, com sede na Rua D. Pedro II, n.º 200, Centro, em Sabará, Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.715.441/0001-35, a seguir denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Wander José Goddard Borges, e a empresa -----, com sede na -----, n.º -----, Bairro -----, cidade -----, UF -----, CEP -----, inscrita no CNPJ sob o n.º -----, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) -----, inscrito(a) no CPF sob o n.º -----, a seguir denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato, como especificado no seu objeto, em conformidade com a Carta Convite n.º XXX/2017, processo interno n.º 478/2017, Lei Complementar Federal n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores e demais normas pertinentes, mediante as cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Do Objeto

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa do ramo para a execução de obra de perfuração, instalação e funcionamento de poço artesiano na comunidade de Maquiné, Distrito de Ravena no Município de Sabará/MG, com o fornecimento de mão de obra e materiais, de acordo com o Convênio n.º 1471001162/2016 firmado com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana – SEDRU/MG, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras, conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Acompanhamento e da Fiscalização

O acompanhamento e a fiscalização deste contrato, assim como o recebimento e a conferência dos serviços prestados, serão realizados pelo órgão do **MUNICÍPIO** que demandou a realização da contratação, a saber, Secretaria Municipal de Obras, sob a responsabilidade do servidor Alexandro Moks do Carmo, matrícula n.º 26.726.

Parágrafo Primeiro - A fiscalização do **MUNICÍPIO** poderá determinar à **CONTRATADA** o reforço ou substituição de elementos, caso venha a constatar que estes estão sendo insuficientes ou impróprios para dar andamento aos serviços.

Parágrafo Segundo - A fiscalização ou supervisão do **MUNICÍPIO** não eximirá de responsabilidade a **CONTRATADA** pela execução dos serviços avençados.

CLÁUSULA TERCEIRA - Das Condições Gerais

São condições gerais deste Contrato:

I. Este Contrato regular-se-á pela legislação indicada no preâmbulo e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, combinado com o inciso XII do artigo 55, todos da Lei n.º 8.666/93.



II. Este Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser subcontratado, cedido ou transferido, total ou parcialmente, nem ser executado em associação da **CONTRATADA** com terceiros, sem autorização prévia do **MUNICÍPIO**, por escrito, sob pena de aplicação de sanção, inclusive rescisão contratual.

III. Este Contrato não poderá ser utilizado sem prévia e expressa autorização do **MUNICÍPIO**, em operações financeiras ou como caução/garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.

IV. Operações de reorganização empresarial, tais como fusão, cisão e incorporação, deverão ser comunicadas ao **MUNICÍPIO** e, na hipótese de restar caracterizada a frustração das regras disciplinadoras da licitação, ensejarão a rescisão do Contrato.

V. O **MUNICÍPIO** e a **CONTRATADA** poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, nos termos do artigo 65, inciso II, letra "d", da Lei nº 8.666/93, por repactuação precedida de cálculo e demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral.

VI. O **MUNICÍPIO** reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

VII. O objeto deste Contrato será executado dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade, respeitadas as normas legais e técnicas a ele pertinentes.

VIII. O **MUNICÍPIO** reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto ou serviço em desacordo com o previsto neste Contrato, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao seu objeto, podendo rescindi-lo nos termos do previsto nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 8.666/93, assim como aplicar o disposto no inciso XI do artigo 24 da referida norma, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

IX. Qualquer tolerância por parte do **MUNICÍPIO**, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela **CONTRATADA**, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as cláusulas deste Contrato e podendo o **MUNICÍPIO** exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

X. Este Contrato não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o **MUNICÍPIO** e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas da **CONTRATADA** designadas para a execução do seu objeto, sendo a **CONTRATADA** a única responsável por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

XI. A **CONTRATADA**, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou qualquer



encarregado, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, direta ou indiretamente, ao **MUNICÍPIO**, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto deste Contrato, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao **MUNICÍPIO** o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

XII. A **CONTRATADA** guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações e documentos fornecidos pelo **MUNICÍPIO** ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedada toda e qualquer reprodução dos mesmos, durante a vigência deste Contrato e mesmo após o seu término.

XIII. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela **CONTRATADA** durante a execução do objeto deste Contrato serão de exclusiva propriedade do **MUNICÍPIO**, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização deste, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, nos termos da legislação pátria vigente.

CLÁUSULA QUARTA - Da Responsabilidade por Danos

A **CONTRATADA** responderá por todo e qualquer dano provocado ao **MUNICÍPIO**, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo **MUNICÍPIO**, obrigando-se, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente Contrato.

Parágrafo Primeiro - Para os efeitos desta cláusula, dano significa todo e qualquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportado pelo **MUNICÍPIO**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela **CONTRATADA**, de obrigações a ela atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, pagamentos ou ressarcimentos efetuados pelo **MUNICÍPIO** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

Parágrafo Segundo - Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente como de responsabilidade da **CONTRATADA** for apresentada ou chegar ao conhecimento do **MUNICÍPIO**, este comunicará a **CONTRATADA** por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar ao **MUNICÍPIO** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela **CONTRATADA** não a eximem das responsabilidades assumidas perante o **MUNICÍPIO**, nos termos desta cláusula.

Parágrafo Terceiro - Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas do **MUNICÍPIO**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela **CONTRATADA**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento ao **MUNICÍPIO**, mediante a adoção das seguintes



providências:

- a) dedução de créditos da **CONTRATADA**;
- b) execução da garantia prestada, se for o caso;
- c) medida judicial apropriada, a critério do **MUNICÍPIO**.

CLÁUSULA QUINTA - Das Obrigações das Partes

I. O **MUNICÍPIO** obriga-se a:

- a) fiscalizar a execução deste Contrato, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da **CONTRATADA** pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;
- b) assegurar, respeitadas suas normas internas, o acesso do pessoal da **CONTRATADA** aos locais de trabalho, desde que devidamente identificados por meio de crachás com foto;
- c) comunicar à **CONTRATADA** qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços, fixando-lhe, quando não pactuado neste Contrato, prazo para corrigi-la;
- d) decidir acerca das questões que se apresentarem durante a vigência deste Contrato;
- e) disponibilizar as informações e dados necessários à execução dos trabalhos pela **CONTRATADA**;
- f) arcar com as despesas de publicação do extrato deste Contrato e dos termos aditivos que venham a ser firmados.
- g) Informar a contratada sobre o local e horário a serem instalados os equipamentos e serviços a sem prestados no Município de Sabará;
- h) Fiscalizar e controlar a execução dos serviços;
- i) Fornecer todas as informações necessárias para a execução dos serviços.
- j) Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar seus serviços, dentro das normas do Contrato;
- k) Prestar aos funcionários da **CONTRATADA** todas as informações e esclarecimentos, que eventualmente venham a ser solicitados sobre os serviços;
- l) Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato;
- m) Atestar notas fiscais/faturas e efetuar os pagamentos à Contratada;
- n) Efetuar o pagamento da última fase após o recebimento provisório da obra;



o) Notificar a CONTRATADA da aceitação definitiva da obra, após a vistoria e recebimento definitivo por parte do responsável pela fiscalização da Obra;

p) Efetuar a devolução da garantia à CONTRATADA após o recebimento definitivo da obra;

q) Aplicar as sanções administrativas contratuais, quando cabíveis.

II. A **CONTRATADA** obriga-se a:

a) cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações assumidas;

b) assegurar durante a execução dos serviços a proteção e conservação dos mesmos;

c) reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, imediatamente, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;

d) permitir e facilitar à fiscalização ou supervisão da contratante a inspeção dos serviços, em qualquer dia e horário, devendo prestar todos os esclarecimentos solicitados;

e) participar à fiscalização ou supervisão da contratante a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão dos serviços, no todo ou em parte, de acordo com o cronograma eventualmente instituído para tanto, indicando as medidas para corrigir a situação;

f) executar, conforme a melhor técnica os serviços contratados, obedecendo rigorosamente as instruções, especificações e detalhes aplicáveis aos serviços;

g) não transferir a outrem, por quaisquer formas, nem mesmo parcialmente, nem subcontratar quaisquer dos serviços, a que está obrigado por força do contrato, sem prévio assentimento por escrito da contratante;

h) respeitar e fazer respeitar, sob as penas legais, a legislação e posturas municipais sobre execução de obras e serviços em locais públicos;

i) fornecer toda mão de obra, materiais, equipamentos necessários à execução dos serviços, responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes do contrato, quer trabalhistas e previdenciários, como salários, seguros, taxas de administração e demais encargos sociais e outros que porventura vierem a existir;

j) Responsabilizar-se por danos causados à contratante ou terceiros, decorrentes da execução dos serviços parciais ou totais, isentando a contratante de todas as reclamações que possam surgir, sejam elas resultantes de atos de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, empregadas na execução dos serviços ora contratados;

k) acatar as normas, disposições e regulamentos sobre os serviços objeto deste contrato;



- l) manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação apresentadas durante o processo licitatório, particularmente às referentes aos responsáveis técnicos indicados;
- m) atender prontamente às solicitações apresentadas pelas Secretarias solicitantes sobre o local dos serviços a serem prestados no Município de Sabará, responsabilizando pelo bom atendimento às mesmas.
- n) manter durante todo o período de execução do contrato situação regular da empresa e dos profissionais envolvidos na obra perante o CREA/CAU;
- o) promover a anotação, registro, aprovação, licenças, matrícula da obra no INSS e outras exigências dos órgãos competentes com relação à obra, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;
- p) executar a obra sob responsabilidade técnica do(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) apresentado(s) para habilitação da empresa na licitação;
- q) fornecer e instalar no canteiro de obras as placas exigidas pelos órgãos locais de fiscalização e licenciamento;
- r) ter representante no local da obra, Arquiteto ou Engenheiro, com formação profissional devidamente comprovada, que assuma perante à fiscalização do contrato a responsabilidade de deliberar sobre qualquer determinação de urgência que se torne necessária;
- s) obter aprovação dos projetos nos órgãos competentes e na forma exigida em normas legais vigentes, bem como obter todas as licenças, aprovações e franquias necessárias aos serviços que contratar, pagando os respectivos emolumentos e as taxas e obedecendo às leis, aos regulamentos e às posturas referentes aos serviços e à segurança pública. É obrigada, também, a cumprir quaisquer formalidades e a pagar, à sua custa, as multas porventura impostas por esses órgãos;
- t) submeter à prévia aprovação do Fiscal do Contrato, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do início do item a executar, a indicação da empresa que pretenda subcontratar, com a comprovação da sua regularidade fiscal, conforme Edital, e no caso de serviços que exijam responsabilidade técnica, obrigatoriamente acompanhada de sua Certidão de Registro no CREA/CAU e ainda, no caso de instalações elétricas, acompanhada de atestado de responsabilidade técnica de profissional do quadro permanente da empresa indicada;
- u) assumir todos ônus, encargos sociais, trabalhistas, fiscais e previdenciários concernentes à execução de seus serviços, inclusive os resultantes de acidentes no trabalho e incêndios;
- v) efetuar às suas expensas todos os ensaios, testes e demais provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato;



- w) responder pelas perdas e danos causados por seus sócios, empregados, prepostos ou subcontratados, ainda que involuntariamente, às instalações dos prédios, mobiliários, máquinas, equipamentos e demais bens da Prefeitura de Sabará ou de propriedade de terceiros, durante a execução da obra;
- x) responder por quaisquer acidentes que possam ser vítimas seus empregados, servidores públicos ou mesmo terceiros quando da execução da obra;
- y) acatar, cumprir e fazer cumprir por parte de seus empregados, as disposições contidas na legislação específica do trabalho;
- z) cumprir todas as determinações das Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho (Ministério do Trabalho) que abrangem os serviços componentes da obra objeto deste termo;
- aa) responsabilizar-se pela guarda, segurança e proteção de todo o material, equipamentos e ferramentas utilizadas na obra, até a conclusão dos trabalhos;
- ab) proceder a minucioso exame de todos os elementos técnicos fornecidos pela CONTRATANTE para a perfeita execução da obra;
- ac) fornecer, para emprego na execução da obra, somente material de primeira mão e qualidade, bem como observar, rigorosamente, as especificações técnicas e as regulamentações aplicáveis a cada caso, executando todos os serviços com esmero e perfeição;
- ad) manter no local da obra, com fácil acesso à fiscalização, um “Diário de Obras” em que as partes lançarão diariamente os eventos ocorridos, servindo para dirimir dúvidas quando for o caso. O referido diário, encadernado e contendo as informações relativas à obra, com folhas em três vias, das quais duas destacáveis, será fornecido pela CONTRATADA;
- ae) acatar as decisões e observações feitas pelo Fiscal do Contrato, que serão formuladas por escrito em duas vias e entregues mediante recibo ou registrada no “Diário da Obra”;
- af) retirar do local da obra, nos termos da notificação da fiscalização, qualquer empregado que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da fiscalização;
- ag) retirar, nos termos da notificação da fiscalização, todo o material rejeitado, bem como demolir e refazer imediatamente, por sua conta, tudo que for impugnado, em razão da qualidade dos materiais ou da mão-de-obra utilizados;
- ah) entregar os documentos previstos em contrato nos prazos fixados, incluindo o Relatório de Serviços Executados (contendo todas as atividades desenvolvidas no período, incluindo todas as alterações dos projetos e/ou serviços) ao final de cada fase e, sempre que o Fiscal do Contrato exigir, pareceres técnicos sobre fatos relevantes ocorridos no transcorrer da execução da obra;



ai) sempre que pretender aplicar na execução da obra material ou equipamento “similar” ao especificado, submeter à CONTRATANTE, por intermédio do Fiscal do Contrato, a correspondente consulta, acompanhada de amostra do material especificado e do que pretenda aplicar, bem como de laudos ou pareceres e levantamento de custos, para a análise e decisão, não servindo tal consulta para justificar o não-cumprimento dos prazos previstos no contrato;

aj) apresentar mensalmente, em conjunto com as notas fiscais/faturas relativas a cada uma das fases, a cópia autenticada dos comprovantes de pagamento de todos os encargos trabalhistas e do recolhimento das contribuições ao FGTS correspondentes ao mês da última competência vencida, referentes a todos os trabalhadores envolvidos na obra;

ak) estar em situação regular junto ao INSS e FGTS, quando da apresentação das faturas e notas fiscais;

al) aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões no quantitativo dos materiais e serviços que se fizerem necessários em razão de alterações do Projeto Básico, conforme estabelecido na Lei nº 8.666/93;

am) os autores dos projetos executivos deverão ceder, à CONTRATANTE, os direitos patrimoniais referentes aos serviços objetos do Contrato, conforme determina o artigo 111 da Lei nº 8.666/93;

an) comunicar por escrito ao Fiscal do Contrato a conclusão da obra e indicar preposto para acompanhar as vistorias para recebimento provisório e definitivo da obra;

ao) entregar ao Fiscal do Contrato, ao término da obra e antes do recebimento provisório, os seguintes documentos:

- Aprovação nos órgão competentes, quando exigível, dos projetos que sofreram modificações no decorrer da obra;
- Documentos de garantia e manuais completos de instrução (instalação, manutenção, operação e outros que sejam necessários) dos equipamentos instalados.

CLÁUSULA SEXTA - Da Responsabilidade Trabalhista

Compete exclusivamente a **CONTRATADA**, na consecução do objeto deste Contrato, observar as normas que integram o regime jurídico da relação trabalhista celetista, em especial a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, legislação complementar, normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e dispositivos contidos nas Convenções Coletivas de Trabalho das categorias envolvidas na execução dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** obriga-se a responder por todas e quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações de seus empregados, sendo, em quaisquer circunstâncias, considerado como exclusivo empregador e único responsável por qualquer ônus que o **MUNICÍPIO** venha a arcar, em qualquer época,



decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações.

Parágrafo Segundo - Fica a **CONTRATADA** obrigada a comunicar ao **MUNICÍPIO**, no prazo de 24h00min após o recebimento da notificação/citação, qualquer reclamação trabalhista ajuizada por seus empregados e relacionada a serviços prestados no **MUNICÍPIO**.

Parágrafo Terceiro - Vindo o **MUNICÍPIO** a responder por qualquer ação ou reclamação proposta por empregados da **CONTRATADA**, pessoas a seu serviço ou qualquer terceiro, estará expressamente autorizado a, mediante simples comunicação escrita, reter e utilizar os créditos de titularidade da **CONTRATADA**, até o montante necessário para o ressarcimento integral da obrigação exigida, incluindo custas, despesas processuais e honorários advocatícios. Em face da insuficiência de créditos, o **MUNICÍPIO** poderá utilizar a garantia prestada ou acionar a **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SÉTIMA - Do Preço e da Forma de Pagamento

I. O valor global do presente contrato é de R\$ _____ (_____), e será pago de acordo com os preços unitários constantes da proposta da **CONTRATADA**, conforme anexo único.

II. O pagamento dos serviços objeto deste contrato será feito na forma adiante estipulada:

a) O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, pela Secretaria Municipal de Fazenda, após o recebimento das notas fiscais/faturas à vista da declaração da efetiva prestação do serviço;

b) Caberá as Secretarias Municipais solicitantes fiscalizar os serviços e as consequentes liquidações. Incumbirá à Secretaria Municipal de Fazenda liberar o pagamento ao credor;

c) A Secretaria Municipal de Obras terá o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de recebimento de qualquer nota fiscal/fatura para se pronunciar sobre o seu aceite, e os pagamentos serão processados em até 20 (vinte) dias após o recebimento das faturas com a CND/INSS (Certidão de Negativa de Débitos – INSS), CRF/FGTS (Consulta Regularidade do Empregador) e CNDT (Certidão Negativa de Débito Trabalhista), pela Secretaria da Fazenda.

d) Se a nota fiscal/fatura for recusada por incorreção material ou financeira, o pagamento só será efetuado após as devidas correções, dispondo a contratante do prazo estabelecido anteriormente para se pronunciar sobre o aceite da fatura corrigida.

Parágrafo Primeiro - Ocorrendo eventual atraso no pagamento de crédito já definitivamente constituído em favor da contratada, a fatura deverá ser acrescida de 0,3% (três décimos por cento) de multa ao mês.

Parágrafo Segundo - Os serviços serão pagos de acordo com a planilha orçamentária apresentada pela **CONTRATADA** no procedimento licitatório que originou este contrato.

Parágrafo Terceiro - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou



extintos, implicarão a revisão imediata dos preços, para mais ou para menos.

CLÁUSULA OITAVA - Da Dotação Orçamentária

As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias e correspondentes em exercício ulterior: 02.011.001.04.122.0007.2028.44.90.51.00.00, ficha nº 145; 02.011.001.04.122.0007.2028.44.90.51.00.00, ficha nº 146.

CLÁUSULA NONA - Da Retenção

O Município de Sabará fica autorizado a reter 2% (dois por cento) sobre o preço estipulado neste contrato, conforme o disposto na Lei Complementar nº 001/2002 – Código Tributário Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Vigência

O prazo de vigência deste contrato será de 04 (quatro) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse do **MUNICÍPIO**, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Alteração do Contrato

Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse do **MUNICÍPIO**, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da Rescisão Contratual

O contrato poderá ser rescindido em qualquer época pela contratante, independente de interpelação judicial, mediante à notificação por escrito à contratada, sem que a mesma tenha direito à indenização de qualquer espécie, além do pagamento dos serviços executados, quando a contratada;

- a) inobservar os prazos estabelecidos no contrato, ou em “ordem de serviço”, sem prejuízo, a critério da contratante, da imposição de multa diária de até 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato;
- b) não observar o nível de qualidade proposto para a execução dos serviços;
- c) desviar-se do escopo de trabalho;
- d) subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato, sem a prévia e expressa autorização da Prefeitura;
- e) desatender as determinações regulares da Fiscalização ou Supervisão da Prefeitura;
- f) dissolver a sociedade, alterar o contrato social ou modificar a estrutura da empresa, de tal forma que, a juízo da Prefeitura prejudique a execução do contrato;
- g) tiver declarado a sua falência;
- h) por conveniência de serviços e todos os demais casos que a contratante assim julgar;



i) paralisar as atividades por prazo superior a 30 (trinta) dias, sem motivo justificado e sem prévia autorização da contratante;

Parágrafo Primeiro - Este contrato poderá ser rescindido, por acordo das partes desde que haja conveniência para à Administração.

Parágrafo Segundo - Rescindido o contrato, a contratada:

I - terá retido todo crédito decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causados à contratante ou a terceiros;

II - receberá apenas os serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização, deduzindo todos os seus débitos;

III - perderá em favor da contratante o valor dado em garantia à execução, até o limite dos prejuízos causados ao mesmo;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Das Sanções Administrativas

Pela inexecução total ou parcial das condições contratuais, a **CONTRATADA** ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o **MUNICÍPIO** e/ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, de acordo com o previsto nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis, garantindo-se a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo Primeiro - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas, aplicáveis quando do descumprimento contratual:

I. 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso na execução do objeto, ou por dia de atraso no cumprimento de obrigação contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do Contrato, por ocorrência.

II. 10% (dez por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal, com a possível rescisão contratual.

III. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, na hipótese da **CONTRATADA**, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando o **MUNICÍPIO**, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

Parágrafo Segundo - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado da garantia prestada ou do pagamento devido pelo **MUNICÍPIO**. Se o valor não for suficiente, a diferença deverá ser recolhida pela **CONTRATADA** no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção.

Parágrafo Terceiro - As sanções previstas, em face da gravidade da infração, poderão



ser aplicadas cumulativamente, após regular processo administrativo em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Do Pagamento de Multas e Penalidades

Fica desde já ajustado que todo e qualquer valor que vier a ser imputado pelo **MUNICÍPIO** à **CONTRATADA**, a título de multa ou penalidade, reveste-se das características de liquidez e certeza, para efeitos de execução judicial, nos termos do art. 586 do Código de Processo Civil. Reveste-se das mesmas características qualquer obrigação definida neste Contrato como de responsabilidade da **CONTRATADA** e que, por eventual determinação judicial ou administrativa, venha a ser paga pelo **MUNICÍPIO**.

Parágrafo Primeiro - Para assegurar o cumprimento de obrigações definidas neste Contrato como de responsabilidade da **CONTRATADA**, o **MUNICÍPIO** poderá reter parcelas de pagamentos contratuais ou eventuais créditos de sua titularidade, bem como executar a garantia prestada ou interpor medida judicial cabível.

Parágrafo Segundo - As multas e penalidades previstas neste Contrato não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exime a **CONTRATADA** da responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados ao **MUNICÍPIO** por atos comissivos ou omissivos de sua responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Da Vinculação Contratual

Este Contrato está vinculado de forma total e plena ao procedimento licitatório que deu causa à celebração deste contrato, exigindo-se para sua execução rigorosa obediência ao instrumento convocatório, seus anexos e à proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Do Recebimento dos Serviços

Concluídos os serviços objeto do contrato, ou rescindido este, será efetuado pela fiscalização da contratante o recebimento provisório, após inspeção e se reconhecido o integral cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Primeiro - O recebimento provisório não isenta a contratada da responsabilidade pelos danos relativos aos serviços realizados, tudo sem ônus para a contratante.

Parágrafo Segundo - A contratante rejeitará, no todo ou em parte, o serviço, se em desacordo com o contrato, podendo, entretanto, recebê-lo com o abatimento de preço que couber, desde que lhe convenha.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Da Publicação

O extrato deste Contrato será publicado no "Minas Gerais", Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Do Foro

As partes elegem o foro da Comarca de Sabará, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Contrato, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.



E, por estarem de inteiro e comum acordo, as partes firmam o presente Contrato, juntamente com 02 (duas) testemunhas, depois de lido e achado conforme, para que produza os efeitos jurídico-legais.

Sabará, ____ de _____ de _____.

Administração:

Wander José Goddard Borges
Prefeito Municipal

Fazenda:

Obras:

CONTRATADA

Controladoria:

Nome do Representante Legal
Cargo ou Função

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

CI: _____

CPF: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

CI: _____

CPF: _____